

**ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A
MOBILIDADE DE LUSO-BRASILEIROS EM PORTUGAL**

Ronald Raminelli - UFF

Durante nove anos, entre 1783 e 1792, o naturalista luso-brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, comandou a maior expedição científica ao Brasil colonial, denominada de Viagem Filosófica. Ao longo do percurso, a equipe enviou a Portugal remessas de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas, produziu diários, memórias, centenas de desenhos e aquarelas. Esses registros faziam parte do ambicioso projeto de formar o Museu História Natural de Lisboa e ainda publicar a “História Natural das Colônias”. Ainda hoje, essa magnífica coleção surpreende pela diversidade de objetos coletados e pela singular percepção do naturalista, que teve a sensibilidade de reunir notícias de povos e espécies que desapareceram ou estão prestes a integrar a lista dos extintos com a rápida destruição da floresta amazônica. A coleção etnográfica da Viagem Filosófica é considerada um tesouro da “arte indígena”. Para os povos amazônicos, existem poucas coleções como a do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, composta por peças coletadas durante a Viagem Filosófica.

Alexandre Rodrigues Ferreira era filho de mercador baiano. No século XVIII, como não havia curso universitário na colônia, era muito comum que a elite mercantil enviasse, ao menos, um filho para estudar na Universidade de Coimbra, onde se formavam em leis, cânones, matemática, medicina ou filosofia natural. Como bacharéis, eles poderiam ocupar cargos na administração colonial ou metropolitana, tornando mais segura a sua ascensão social. Inicialmente, Ferreira matriculou-se no curso jurídico, mas depois aproveitou a renovação da Universidade para freqüentar a Faculdade Filosofia onde formou-se e recebeu o título de doutor em 1778. Possuía, portanto, o conhecimento necessário para comandar expedição científica

destinada a descobrir riquezas naturais e preservar as fronteiras entre os impérios espanhol e português.

Em princípio, a expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu os passos dos renomados desbravadores europeus, como o capitão Cook e o viajante francês Laperouse. Por ser filosófica, a viagem deveria pautar-se nas ciências e descobrir as leis que se encontravam ocultas na natureza. O homem de ciência era, portanto, treinado para perceber a ordem natural que dificilmente estava ao alcance dos leigos. Com recursos precários, a Viagem Filosófica percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá e contava com um naturalista, um jardineiro botânico, um criado e dois desenhistas.

Ao deixar Lisboa, a equipe navegou até o porto de Belém. Lá, o governador do Grão Pará deveria fornecer-lhes barcos, mantimentos e índios remadores, além de indicar as regiões a serem percorridas e estudadas. Em carta ao Secretário de Estado, Ferreira, mais uma vez, agradeceu a oportunidade de chefiar a expedição, de estudar a rica e inexplorada natureza americana. Ele sabia o quanto seus estudos eram importantes para o Estado e o quanto suas reflexões poderiam revolucionar a História Natural. Estava no paraíso, por todos os lados encontrava espécies desconhecidas. Sua tarefa, porém, não era apenas aumentar o número de espécies classificadas, mas contribuir com os agricultores no aperfeiçoamento dos cultivos de cacau, anil, cana, cânhamo e arroz. Investigou a ilha de Marajó e as vilas de Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça e somente em maio de 1785 alcançou a capitania do Rio Negro. A prolongada espera em Belém teve como motivo a dificuldade do governador reunir canoas, índios e suprimentos, indispensáveis para percorrer os rios Amazonas, Negro e Branco.

A viagem fluvial amenizava os sofrimentos de longas e sofridas caminhadas, permitiam o deslocamento de mantimentos, armas, instrumentos científicos e afastavam, em parte, a equipe dos animais e índios hostis. As canoas viabilizavam, então, o devido sossego ao naturalista para escrever, revisar seus apontamentos e traçar roteiros de novos estudos. De tempos em tempos, contudo, os remadores enfrentaram os perigos das corredeiras, tempestades, naufrágios que inviabilizavam a continuidade da expedição. Quando viravam as canoas de

mantimentos, a tripulação passava fome, os remadores desertavam e a expedição deveria esperar muitos dias, até meses, por socorros providenciados pelo governador.

Por vezes, os índios levavam o naturalista ao desespero, sobretudo quando fugiam em massa e deixavam as embarcações sem capacidade de avançar. Ou quando, depois de treiná-los no ofício de coleta e preparação das espécies, abandonavam a expedição. Ferreira deveria, então, escolher outros auxiliares e começar tudo novamente, ensinando-lhes as práticas cotidianas de uma expedição científica. De modo geral, eles eram indispensáveis ao andamento das investigações, pois além de fornecer braços para tocar as canoas, recolhiam plantas, caçavam animais e conheciam, mais que ninguém, os segredos da natureza. Os escritos de Ferreira não seriam os mesmos sem o saber nativo.

Desde de junho de 1785, Ferreira enviou várias remessas de produtos naturais para compor o acervo do Museu de História Natural em Lisboa, também denominado de Museu da Rainha. Antes disso, porém, logo ao chegar ao Pará, enviou uma peça rara, inexistente nos gabinetes e museus europeus. Eufórico, Ferreira escreveu ao Secretário de Estado e ofereceu-lhe uma cabeça de tapuia e uma “enfiação de dentes”. O homem da Amazônia era desconhecido dos gabinetes e museus de História Natural, razão para Ferreira anunciar a remessa com grande satisfação. À época, os estudos do crânio, a craniologia, davam seus primeiros passos com o cientista alemão Johann Blumenbach. Os esqueletos do homem americano eram, certamente, peças indispensáveis, que mais tarde seriam coletadas por Wied Neuwied, Spix e Martius, naturalistas que percorreram o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Assim, muito antes dos cientistas alemães, Ferreira já valorizava as informações contidas na estrutura óssea dos americanos.

Da vila de Barcelos, na capitania do Rio Negro, Ferreira remeteu as primeiras listas de espécies que continham o nome, a quantidade e uma pequena descrição. O naturalista ainda mencionava seu emprego nas comunidades locais. As espécies eram, por vezes, matérias-primas empregadas na confecção de artefatos indígenas. Para construir canoas, flechas ou casas, os povos recorriam à flora local e empregavam técnicas que deveriam ser anotadas e

também enviadas a Lisboa. O naturalista não se interessa apenas em conhecer a flora e a fauna, mas sobretudo entender como as espécies se integravam ao cotidiano dos povos, como eram domesticadas. A partir da experiência indígena, Ferreira tomava consciência da utilidade das ervas, frutas, animais e pedras. Utensílios, roupas e remédios também surgiam da natureza e essa passagem era fundamental para o atento observador.

Da capitania do rio Negro, Ferreira informou ao Museu sobre a fabricação de pano a partir da entrecasca da árvore “Caxinduba”. Com essa matéria-prima, os índios yurupixunas faziam suas tangas, camisas e diversas máscaras. Para conseguir um pano largo, escolhiam os troncos mais grossos. Faziam na casca uma incisão longitudinal e por entre os lábios da abertura introduziam uma palheta disposta a maneira de cunha, que separava do tronco a casca. A casca exterior era guarnecida de uma epiderme verde que também o gentio separava da outra mais branca e interior. Em seguida, no mesmo tronco, batiam a casca para formatar as dimensões de comprimento e largura dos artefatos. Ao enviar o tecido ao museu lisboeta, Ferreira descrevia os produtos naturais e como eles se tornavam manufaturas, promovendo transferência e acumulação de conhecimento técnico.

Entre 1789 e 1790, a expedição filosófica percorreu o rio Madeira e a capitania do Mato Grosso, de onde também remeteu informações e espécies. Esses escritos, porém, perderam o ímpeto dos primeiros anos, perderam o rigor descritivo das remessas anteriores. Doente e sem estímulo, Ferreira não mais teceu as notáveis considerações capazes de descrever não somente as espécies vegetais, mas também as técnicas empregadas pelos ameríndios para transformar a natureza em artefatos. Durante a travessia do rio Madeira, a expedição sofrera muitos contratempos. Inicialmente, por falta de remadores, ficou parada nas margens do rio por quase três meses. O governador do Estado do Grão-Pará procurou socorrê-la ao enviar cerca de 50 índios provenientes das vilas de Silves, Serpa e Borba na capitania do Pará.

Em Vila Bela, Mato Grosso, logo no início da temporada, o naturalista e seus auxiliares adoeceram gravemente, acometidos de moléstia do corpo e fadiga do espírito. O jardineiro da expedição, Agostinho Joaquim do Cabo, morreu em decorrência da debilidade provocada pela

viagem, além das doenças causadas pelo climas excessivamente úmido e quente. Desde os primeiros avisos da chegada da expedição, o governador do Mato Grosso alertou à Secretaria de Estado em Lisboa sobre os minguados recursos da capitania. O governador João de Albuquerque nomeou a Viagem Filosófica de “longa, demorada e muito dispendiosa viagem”. A jornada, por certo, tornou-se ainda mais lenta e improdutiva devido aos problemas orçamentários, à debilidade física da equipe e morte do jardineiro. Ferreira alertou o secretário sobre a queda do número de remessas e escritos. Ele empenhava-se no observar e descrever sobre temas, muitas vezes, alheios à sua profissão, como certamente eram as reflexões médicas e políticas.

Em Vila Bela, o cirurgião José Ferreira de Almeida descreveu as graves moléstias que quase levaram o naturalista a morte, nos primeiros meses de 1790. Inicialmente, estava enfermo de uma febre rebelde que durava 26 dias, depois as febres agravaram-se provocavam delírios. Quando tinha leve melhora, o naturalista retornava às suas tarefas e se expunha a friagens, retardando sua recuperação. Estava aos poucos a se recuperar, quando enfrentou campos alagados e tempo chuvoso na Serra de São Vicente, onde o cirurgião Ferreira de Almeida, depois de chamado com urgência, encontrou o naturalista perigosamente enfermo, encontrando-o com uma terrível febre que lhe atacou o cérebro, com perda de todos os sentidos durante cinco dias.

No Mato Grosso teve, inicialmente, dificuldades em percorrer as minas de ouro e diamantes. O governador não tinha recursos para prolongar a expedição e considerava perigoso uma expedição percorrer um território protegido e vedado. Para tanto, antes de autorizar a visita, precisa da expressa permissão de Sua Majestade. Os escritos do naturalista poderiam revelar segredos de Estado, localizar as minas e tornar a região vulnerável ao contrabando de metais e pedras preciosas. Depois de percorrer grutas, minas e fortificações nas fronteiras, a expedição iniciou o retorno a Belém, onde chegou no início de 1792 e descobriu que as remessas para Lisboa foram financiadas por Luís Pinto da Cunha.

A partir desse episódio, os primeiros biógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira contam que o envio dos produtos naturais ao museu comprometeu as economias destinadas ao dote da filha, Germana Pereira de Queiroz. O casamento da moça estava, portanto, comprometido, sem o dote matrimonial seria difícil encontrar um bom noivo. Para solucionar o impasse, Ferreira ofereceu-se para solucionar o impasse e casou-se com a donzela em 26 de setembro de 1792. Sozinho retornou a Lisboa e somente ao findar o mesmo ano a esposa encontraria o marido.

O desembarque em Lisboa tornou-se tema de uma carta ao governador do Pará que traduz com fidelidade a lealdade que o unia ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Logo ao chegar, o naturalista dirigiu-se ao secretário e procurou demonstrar a submissão de um fiel vassalo que durante nove anos padeceu de todo tipo de moléstia e privações, mesmo assim considerava-se faltoso e omissos na execução de seus serviços. Mais humilde e rasteiro que uma cobra, dirigiu-se à poderosa autoridade para receber o castigo de suas omissões. Ao contrário de suas expectativas, ele recebeu o naturalista com atenção, demonstrou compaixão e pareceu-me menos surdo de que ele esperava que fosse “a orelha de um Ministro delgado”.

A devoção ao secretário rendeu-lhe cargos na administração e título de cavaleiro da Ordem de Cristo. Desde Coimbra, os estudantes luso-brasileiros vislumbravam cargos na administração, pretendiam servir ao rei em diferentes partes do império. Como bacharéis, eles logo receberiam a tarefa de organizar museus, demarcar fronteiras, chefiar expedições científicas, atuar como juiz de fora nas câmaras coloniais ou secretários de governo nas capitanias. Somente a partir da inserção no Estado, eles poderiam exercer as funções para as quais receberam ensinamentos na universidade. A formação era, portanto, o primeiro degrau na ascensão social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções.

Por seus serviços, Alexandre Rodrigues Ferreira tornou-se sócio de primeira classe na Academia das Ciências, em seguida recebeu a incumbência de ser vice-diretor do Museu de História Natural, Jardim Botânico e Laboratório de Química. Vieram ainda o cargo na Junta do

Comércio, a custódia da Real Quinta de Queluz e Bemposta e a nomeação para ocupar a Alfândega do Maranhão. Devido aos cargos assumido na administração estatal, não teve condições de continuar seus estudos sobre os povos e a natureza americana. Suas coleções de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas permaneceram intocadas, assim como não adequou as memórias às normas científicas para serem publicadas. Essas funções o afastaram definitivamente dos afazeres próprios de naturalista e provocaram o abandono de suas investigações e escritos sobre a História Filosófica e Natural do Pará e demais capitânicas percorridas, obras que ele tanto prometera a cada um dos governadores durante as viagens. As tarefas burocráticas, os pedidos constantes para emitir pareceres e a debilidade física impossibilitaram-no de dar prosseguimento à carreira de naturalista.

Coincidência ou não, Ferreira teve seu período mais produtivo durante a viagem, ou antes de alcançar os títulos e os cargos almejados. Evidencia-se, então, o emprego da História Natural como dom, serviço e crédito para futuras mercês. Depois de alcançar essas benesses, sua produtividade como naturalista entrou em processo de queda. A historiografia mais tradicional prefere explicar esse processo recorrendo às rivalidades entre o naturalista e Vandelli, ou mesmo à debilidade física e psicológica que impedia Ferreira de exercer seus ofícios. No entanto, entre as décadas de 1793 e 1808, ele executou múltiplas tarefas, mas não deu continuidade aos trabalhos iniciados durante a Viagem Filosófica. Respondia inúmeros pedidos de governadores, secretários e demais autoridades, interessados em compor cartografia da América, em identificar espécies e suas utilidades. Assim ele dava continuidade a costumeira prática de prestar vassalagem por meio de seu conhecimento de História Natural.

A Viagem Filosófica, conseqüentemente, não forneceu memórias e livros a um público mais amplo. Seus resultados permaneceram em manuscrito e foram publicados muito tempo depois da morte do naturalista. João da Silva Feijó não dispunha dos mesmos artificios. Alcançou cargos modestos, mas teve seus trabalhos reconhecidos pela Academia das Ciências de Lisboa e deu continuidade a sua faina de naturalista e sargento-mor na longínqua capitania do Ceará. Ao contrário de Ferreira, teve seus trabalhos divulgados apesar de não dispor do

apoio das instituições do reino. A trajetória de Ferreira permite duvidar da eficiência do Museu da Rainha e do Jardim Botânico da Ajuda, pois no âmbito dessas instituições científicas a produção e a difusão do conhecimento não se efetivaram como pretendia o mestre Vandelli, em sua memória sobre o museu, sobretudo no caso de seu primeiro e maior naturalista.